

NAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO E UM CONCEITO DE GUERRA NO SÉCULO XIX: “nessas terras de fronteiras, vinha sentindo cotidianamente as dificuldades de se fazer a guerra”¹

Carlos Eduardo de Medeiros Gama
Mestrando em História Social – UNIRIO

RESUMO: O presente trabalho objetiva contribuir nas discussões historiográficas entre a Nova História Militar e o fenômeno da guerra. Propomos trabalhar com o conceito de Fronteira da Batalha na perspectiva das funções reais, simbólicas e imaginárias das comunidades da região do Rio da Prata na primeira metade do século XIX, período de estabilidade política e reorganização do Exército que culmina com a guerra contra Rosas e Oribe (1852-1853). Nossa abordagem do fenômeno da guerra, metodologicamente, não exclui a história-batalha e fica longe da discussão sobre “novos” e “antigos” objetos para a história militar. Dentro do quadro teórico apresentamos o fazer à guerra partindo de uma nova e variada perspectiva de elementos políticos, culturais, demográficos, antropológicos e étnicos nas áreas fronteiriças do sul do império do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra; Fronteira; História militar.

ABSTRACT: This paper aims to contribute to the discussions between the historiographical New Military History and the phenomenon of war. We propose the concept of working with the Border Battle at the prospect of real functions, symbolic and imaginary communities of the region of the River Plate in the first half of the nineteenth century, a period of political stability and reorganization of the Army which culminates in the war against Rosas and Oribe (1852-1853). Our approach to the phenomenon of war, methodologically, does not exclude the story-battle and stays away from discussion of "new" and "old" objects to military history. Within the theoretical framework to present the war starting from a new perspective and varied elements of political, cultural, demographic, anthropological and ethnic border areas of the southern empire of Brazil.

KEY-WORDS: War, Border and Military history.

Seguindo um viés teórico

Nuno Teixeira delimita o lugar de privilegiado da guerra - em particular da batalha na historiografia ocidental, da antiga Grécia - dos grandes textos históricos como o clássico “*A História da Guerra do Peloponeso*”, de Tucídides, aos primórdios do século XX (TEIXEIRA,

¹ O artigo é parte da Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Ver: GAMA, Carlos Eduardo de Medeiros. *Na fronteira da batalha: cultura, política e a reorganização do Exército brasileiro (1848 - 1850)*, Rio de Janeiro – UNIRIO, 2011. 74 p.

1991: 55) tempo em que a história, dominada por duas correntes principais: o positivismo de Comte e Buckler e o idealismo de Rickert e Windelband e do máximo discurso científico. Uma historiografia de olhar técnico sobre a arte da guerra complementada com o sujeito histórico individualizado pelo grande herói, homem do Estado, grandes chefes militares, grandes soldados e de inimigos que só valorizavam a vitória. Que partilhava da concepção do fato histórico único, singular e atomizado, “*o acontecimento*” que se concretizava em particular no grande feito militar e inevitavelmente nas suas consequências políticas. (TEIXEIRA, 1991: 55-56).

A partir da segunda metade do século XIX e a Primeira Guerra Mundial (1914) a história é marcada pelo Romantismo (BEBIANO, 2000:15), a utilização político da história para legitimar o Estado Nacional, reforçar e criar sua identidade na “*textura ideológica*”² dos movimentos nacionalistas. A guerra, a batalha, os grandes feitos militares e os seus heróis jogam aí um papel decisivo – são os pontos referenciais, os marcos da evolução histórica e constituem mesmo, em certos casos, o mito fundador da nacionalidade (TEIXEIRA, 1991: 56).

Se o paradigma dos “*Annales*”, principalmente Marc Bloch e Lucien Febvre, assentava sobre a crítica do político, o individual e o cronológico:

Contra o recitativo político-militar procuram uma história econômica-social, da qual nascerá uma multiplicidade de novos domínios, da demografia as mentalidades; contra o sujeito individual e o herói, uma história total das sociedades; e contra a cronologia do tempo único, linear e contínuo, virá Fernand Braudel propor a pluralidade dos tempos históricos (TEIXEIRA, 1991:57).

Enfatiza Teixeira que o distanciamento da lógica tradicional do recitativo para a lógica hipotético-dedutiva das ciências sociais teria um efeito duplo e negativo dentro da história militar. A margem do movimento de renovação historiográfica, do interesse dos historiadores, do tradicional objeto político-militar para a economia, a sociedade, a demografia ou as mentalidades. Do lugar do aleatório e do fato atomizado da história militar pelas regularidades tendências das ciências sociais: *o historiador deverá deixar de fornecer os argumentos à nação e aos governantes, de alimentar a sua necessidade de legitimar retrospectiva, deve procurar, pelo contrario, dar-lhes os meios para melhor compreender e por isso melhor gerir os mecanismos da realidade social* (BOURGUIÈRE, 1979:135 Apud TEIXEIRA, 1991: 58).

² Termo usado por Nuno Severiano Teixeira e ligado a geração da memória nacional.

Para a sociologia, a ciência política e as relações internacionais, a guerra como objeto de estudo, era um fenômeno importante a ser compreendida sobretudo pelo fim da Segunda Guerra e depois pela Guerra Fria, a história militar só se reaproxima no final da década de 1960. Na Inglaterra, John Keegan em 1976 escreve *The Face of Battle*³, verdadeiro livro “manifesto” e modelo de uma nova história militar. Keegan chama de novo a atenção para o núcleo duro da história militar, a saber: a batalha. Ajustando contas com o modelo tradicional, introduzindo as problemáticas e os métodos da sociologia militar (TEIXEIRA, 1991: 65-6).

“Nova história militar” surge no arrasto da “Nova história” e com “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”. Teixeira sintetiza o alinhamento da história militar pelo novo paradigma historiográfico em cinco proposições: A primeira, o alargamento do campo historiográfico com novas problemáticas, o aprofundamento de alguns temas tradicionais e o deslocamento dos centros de interesse:

No domínio estritamente militar, da estratégia e das operações táticas para a logística, a medicina militar e, sobre tudo a experiência do combate – o moral do combatente, os movimentos de dissidência, os motins e a deserção, a experiência do cativo da guerra; por outro lado, o estudo da ‘frente interna’, isto é, da sociedade em guerra – da mobilização industrial à organização da propaganda, do crescimento do Estado à opinião pública, do recrutamento militar à fabricação da memória e à construção dos mitos (TEIXEIRA, 1991:69-70).

A segunda, a utilização no campo histórico de métodos e técnicas das outras ciências. A terceira, o total abandono da utilização política da história militar. À história militar não cabe mais uma função de legitimação, mas sim uma função eminentemente técnica. A quarta,

a existência de duas tendências distintas dentro da história militar. Ambas atravessadas pelo processo de renovação, nem sempre facilmente diferenciáveis, têm orientações teórico-metodológicas e visam problemáticas diferentes: a primeira para o estudo interno da organização militar e, em particular, do núcleo duro que é a batalha e o combatente; a segunda, para o estudo da guerra, em contexto e consequentemente da relação militar-civil e guerra-política. (TEIXEIRA, 1991: 69-70)

E quinta, um novo tipo de relação entre os militares e civis (TEIXEIRA, 1991: 69-70).

Se a discussão sobre elencar ou não a “Nova história militar” como um novo campo da historiografia é pertinente e atual, pretendemos aqui e acreditamos que

³ “*A Face da Batalha*” de John Keegan foi editado no Brasil em 2000 pela Biblioteca do Exército Editora.

metodologicamente é viável abordar a história militar com as “*ferramentas mentais*” da história. Paulo Parente (PARENTE, 2006: 37-45) aponta para a renovação da investigação da História Militar no Brasil:

As concepções científicas da história assumiram diversas facetas em sua estrutura metodológica, influenciando desta maneira os temas militares. Assim, a história militar não é um ente próprio dotado de autonomia científica em relação à Teoria e à Metodologia da História. A História militar foi construída a partir de pressupostos próprios da ciência histórica, dentre outros pressupostos científicos, da mesma forma que diversos temas do saber histórico dotado de um campo de investigação definido (...) (PARENTE, 2006: 38).

E partiremos do conceito de *Fronteira da Guerra*, como um novo sujeito de estudo da História Militar, diferentemente do tradicional “espírito de fronteira” com um caráter eminentemente militar, que no constante “entrechoque com um inimigo”, ou seja, com o outro lado da fronteira-limite, cria um sentimento militante de fronteira, curtido na guerra, que cresce e expande-se em sentidos políticos de integração e solidariedade nacional. Abandonaremos aqui a perspectiva tradicional da fronteira limite como linha divisória ou representação de perspectivas político-militares.

Mas a fronteira é um espaço e deve ser compreendida como produto da ação humana, um *locus* onde atividades produtivas e relações sociais ocorrem. As fronteiras, definitivamente, não são espaços rígidos, pelo contrário, atualizam-se constantemente através de diversas práticas. Investigar uma fronteira demanda estudar seu processo de contínua recriação, não o restringindo aos movimentos de avanço e recuos dos limites geográfico e político, mas dando ênfase a como ela foi cotidianamente produzida, recriada e reproduzida por diferentes agentes sociais que intervêm nesse espaço.

O fenômeno Guerra é, para John Keegan, muito mais do que a política e o direito, pois a guerra é também uma expressão cultural em um sentido amplo. Um fenômeno altamente complexo, que muda com o tempo, não só nas suas formas, mas também os sentidos. (KEEGAN, 1994). Comparado à fronteira, esta é ainda mais distante de uma concepção, à medida que recusa qualquer tipologia, qualquer pré-recorte, e se dedica como o conceito a encontrar uma “análise sob medida” (REVEL, 1998: 165) na fundamental proposta de Fedrerick Barth, de “modelos generativos” surgindo como ponto de partida para estabelecermos uma concepção da Fronteira da Guerra: *obtem-se melhor resultado estabelecendo os fatos do passado quando isso é possível, e não por interpretações*

conjeturas baseados em esquemas preestabelecidos, nem recorrendo, mesmo com competência, a receita historiográfica já pronta (REVEL, 1998: 165).

Mariana Flores aponta para o fato de que o conceito de *Frenteira* nunca será um dado fixo, mas algo instável, dinâmico e sempre disputado. E, sendo produto histórico da ação humana, é, constantemente, re-significada, assumindo diferentes sentidos para os diversos atores sociais em diversos contextos (FLORES, 2007: 40).

Ao forjamos o conceito de *Frenteira da Guerra* tentamos perceber as interações entre instituições e grupos e seus interesses em diferentes situações, que podem estabelecer determinadas relações – tanto na guerra quanto na paz, e em certos momentos, pode nos parecer impossível e contraditório em outros contextos. Fica evidenciado que não será fácil trabalhar um esquema de heterogeneidade social e de incoerência, pois como nos alerta Barth: *somos treinados a suprimir os sinais de incoerência e de multiculturalismo encontrado* (BARTH, 2000: 109).

Julio Pérez Serrano em seu artigo na *Revista Escuela de Historia* demonstra uma nova categoria histórica e novos elementos teóricos sobre as relações entre as fronteiras e o “atual processo de globalização mundial” (SERRANO, 2005). Sendo o território um espaço vital para as regiões como fora as nações: “A região esta se constituindo, portando, como uma categoria histórica dotada de uma grande potencialidade explicativa, sem barreiras permanentes a classe, programas políticos ou ideológicos (...)” (SERRANO, 2005: 10).

O historiador militar Jeremy Black, faz uma leitura crítica a forma em que se pensou até agora as fronteiras dentro da História Militar:

A maior parte da história militar com o qual estamos familiarizados se relaciona com o conceito e prática de fronteiras com as que surgiram na Europa no século XVIII, mas a medida em que é útil para aplicar o conceito vai ficando mais amplamente questionável, como é a noção da situação como o total desenvolvimento histórico e/ou uma prática recomendada para todos os tempos. Em suma, estamos perante a posição, familiarizado com a história militar muito, de um desejo de aplicar cronologicamente critérios específicos descritivos e analíticos, e para obter noções de capacidade relativa como resultado. Se este repousa sobre uma assimetria de entendimento, vale a pena perguntar o quão longe a fronteira pode ser entendida em termos de tal assimetria. Em suma, as práticas e regras derivado de conflito simétrico quebram a fim de permitir uma adaptação às as circunstâncias especiais da fronteira? Além disso, o quão longe isso é um processo visto com ambos os lados, assegurando que a prática nos revela apenas uma ação de desviar aos ataques dos adversários? (BLACK, 2008:1054)

Na busca por uma identidade coletiva abandonou-se a posição central dos sujeitos históricos da “nação” e “classe”. Serrano elenca a *fronteira* no mundo globalizado como novo sujeito da história: *A região, assim como a fronteira é o espaço de intercâmbio, de fluxo, de comunicação, por ela as comunidades se conectam com o exterior, em um sentido dinamicamente oposto as às fronteiras como limites, baluarte da fortaleza, de acordo com o paradigma do Estado-nação* (SERRANO, 2005: 10).

Jeremy Black nos apresenta uma dicotomia dos historiadores militares para o entendimento sobre as forças que atuam nas abordagens sobre os estudos das terras limítrofes:

Abordagens de estudo da lingüística e social, no entanto, têm pouco a oferecer o historiador militar, exceto na medida em que eles demonstram um ponto central sobre fronteiras, ou seja, que são locais de observância, bem como controle, as oportunidades de provocar uma resposta de cooperação, bem como para poder afirmar, para alcançar sucesso, bem como guerra. De fato, para os historiadores militares há uma tipologia essencial em jogo, que abrange tanto a conquista externa e norma interna. Esta tipologia engloba dois entendimentos principais da idéia de força como um facilitador de poder, cada um dos que é crucial para a história militar: uma força como uma expressão de cooperação e o outro da força como um certo controle (BLACK, 2008:1050).

Philip Kelly ao comentar o livro “*Geopolítica e Teoria de Fronteira- Fronteiras do Brasil*”, do General Carlos Meira Mattos, nos apresenta as fronteiras como “a epiderme do corpo estatal”, a sensível camada exterior que espelha o vigor de um povo, de uma cultura e de um Estado. Certos limites estão sujeitos a expandir-se ou reduzir-se, conforme as dinâmicas de crescimento nacional e regional. (MATTOS, 2002: 139). Um quadro fixo e fossilizado nos limites políticos é apresentado pelo General Meira Mattos, mas que não se aplica a virada da primeira para segunda metade dos oitocentos.

“Espaço fronteiro platino” e o Império brasileiro

Entre espanhóis e portugueses as lutas pela posse das terras orientais, por suas pastagens, por uma cota maior no contrabando de minérios e couros, reivindicando os territórios para si, disputa que se tentou por várias vezes solucionar através do Tratado de Utrecht, Tratado de Madri, Tratado de El Pardo, Tratado de Paris e Tratado de Santo Ildefonso. As disputas em torno de Sacramento, Montevideu, das pastagens e do gado contribuíram enormemente para o povoamento da área, sendo que (...) *a própria guerra*

fornecia o atrativo econômico, uma vez que era o caminho para o apossamento de terras e rebanhos que iria reiterar a vocação pecuária da província, desenvolvendo mais tarde a produção do charque (COSTA, 1996). Wilma Peres Costa acentuou a “*fronteira invisível*” que foi estabelecida pelo tráfico ilegal [de escravos e mercadorias], exercida sobre a própria consolidação da territorialidade da Região Platina, tal como estabelecida pelos tratados de paz e de delimitação de territórios (COSTA, 2005: 33).

Foi demonstrado por Adriana Barreto de Souza que bem antes da batalha contra Rosas e Oribe (1852-1853), os desafios políticos do império brasileiro na região do Rio da Prata ultrapassavam a *epiderme do corpo estatal*: tanto os farrapos quanto o governo do Império não se articulavam com Estados Nacionais, e sim com forças militares que lutavam, nesses territórios, pela hegemonia política (SOUZA, 2008: 465)⁴.

Tentamos ajustar o quadro teórico apresentado por Serrano de “história global” e “história regional” e demonstrar as articulações nas *fronteiras da guerra* e seus elementos de sustentação, conexões geográficas, culturais, históricas ou antropológicas com a guerra, nosso objeto de estudo. A Guerra é entendida como fenômeno que modifica o Exército brasileiro no século XIX e contribui para uma análise mais rica das instituições militares e a modernização pós 1850. Tentaremos romper com a explicação de que as comunidades regionais e locais atingidas diretamente pela guerra são conectadas com o centro só pelas decisões políticas e que não contribuem para essas decisões. Para estudar o fenômeno guerra e sua relação com o centro das decisões políticas é necessário estudos que destaquem as particularidades das regiões envolvidas que, com certeza, apresentam uma visão particular das relações nas fronteiras:

O Rio Grande do sul era o nervo militar do Império, ponto de lança para intervenções no Prata. Parte da lealdade das suas lideranças vinha do apoio que o império pudesse prestar aos interesses imediatos, estabelecidos além das fronteiras. Os brasileiros residentes no Uruguai ressentiam - se dos danos causados pela Grande Guerra (1838-1850) à economia pecuária, que diminuía a níveis inferiores aos de 1810 (IZECKSOHN, 2005: 94).

Na hipótese de Vitor Izecksohn, (IZECKSOHN, 2005: 94) a ausência de uma maior integração comercial e as guerras – civis ou entre Estados [Anexação do Uruguai em 1816; Guerra da Cisplatina de 1826-28; Guerra Grande de 1838-50; Bloqueio Naval de Buenos

⁴ Na nota 96 do capítulo VI autora cita: “Quem chama atenção para esse ponto é César Augusto Barcellos Guazzeli. GUAZZELI, César Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a república rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1831-1835)*. Tese de Doutorado em História Social – IFCS/UFRJ: Rio de Janeiro, 1997, p.16

Aires de 1848-50; Campanha contra Rosas e Oribe de 1852-53; Intervenção no Uruguai de 1864-65 e a Guerra do Paraguai de 1864-70] – nortearam as relações diplomáticas na região. As guerras expressaram a dificuldade dos Estados centrais em dominar os territórios adjacentes, contribuindo de forma muito confusa para o fortalecimento das capacidades burocráticas de cada país. (IZECKSOHN, 2005: 89-90) Vitor Izecksohn analisa ainda as particularidades e o contexto do fenômeno guerra na região fronteiriça do sul do império brasileiro:

Essas guerras envolveram estruturas extranacionais, como a integração mais ampla ao mercado mundial ou a formação de sistemas regionais de poder entre os Estados emergentes. Envolveram, também, processos internos de transformação econômica, diferenciação regional, formação de grupos sociais e estruturação do poder público. Assim, pode ser dito que a consciência nacional sedimentou-se muito lentamente a partir de origens que eram tanto inclusivas como excludentes, dependendo do caso em foco (MARX, Anthony W, 2003. Apud IZECKSOHN, 2005: 91).

Luiz Fernando Rhoden ao estudar as povoações na fronteira sulina, na primeira metade do século XIX, aponta o surgimento dela a partir dos acampamentos militares, mas sem fortificações, como havia sido comum até meados do século XVIII. Apesar de se tratar de uma zona fronteiriça, onde as disputas territoriais foram intensas, característica fundamental do urbanismo português de a cidade nasciam à sombra de uma fortificação tal fato não se efetivou no sul do Brasil:

As campanhas napoleônicas na Europa trouxeram consigo uma revolução na forma de fazer a guerra. Soldados altamente instruídos e poucos numerosos foram substituídos por soldados baratos e em grande quantidade. A guerra de sítio, tão característica do século XVIII, deu lugar à batalha campal. Era todo o território que, subitamente, adquiria valor. No caso da fronteira sulina, principalmente com o Uruguai, os fatores que desaconselhavam a utilização de fortificação eram a impossibilidade que essas acarretavam, diante de uma linha divisória de fácil acesso, e a mobilidade demonstrada pelos soldados de ambos os lados, exímios cavaleiros e conhecedores do terreno (RHODEN, 2005).

Luiz Fernando Rhoden relata a que D. João V, em 1736, envia uma expedição para fundar um presídio (RHODEN, 2005: 43) na parte Sul do Rio Grande de São Pedro. Segundo a Carta Régia, datada de 24 de março daquele ano (AHU, Rio de Janeiro, cx. 12, doc.39), a frota deveria seguir para o rio da Prata, com três objetivos: levantar o cerco à Colônia de Sacramento, encetado pelos espanhóis de Buenos Aires, desde 1735; desalojar

os espanhóis de Montevidéu e estabelecer uma “colônia e fortaleza” no Rio Grande de São Pedro:

Mas como não basta a notoria justiça que nos assiste para termos por certo que os Castelhanos deixem de pretender embaraçar o estabelecimento desta colonia, vendo que com ella havemos de disfructar aquella pampana, e podem tomar algum sofisticado pretexto para desalojar della os portuguezes: parece que as famílias que passarem a estabelecer-se naquelle sitio devem hir assistidas da força necessaria para defender-se de qualquer violência que se lhe intente fazer, deixando-se no arbítrio dos referidos 2 governadores, assim o numero de soldados e cabos, como a quantidade de munições de guerra e boca, de instrumentos e petrechos de guerra e mechanicos e officiaes necessarios que se devem transportar para se fortificarem logo o sitio que for mais a proposito e em que se acharem os requizitos de sitio defensável⁵ (RHODEN, 2005: 45-6).

Curiosamente, como nos enfatiza Rhoden, apenas um dos três objetivos foi cumprido, resultando no estabelecimento e resultou o estabelecimento, em 19 de fevereiro de 1737, do presídio de Jesus, Maria e José, primeiro povoado português do Rio Grande do Sul.

Ao retratar a relação cidade-fortaleza, Rhoden aponta que no século XVIII, exatamente em 1737, o Rio Grande do Sul foi fundado como local fortificado Taquari em 1764, também tinha um Forte a protegê-la; Santo Amaro, em 1752, tinha uma pequena fortificação; Rio Pardo, em 1754, nasceu e cresceu à sombra de uma fortificação. Mas, a partir do século XIX, a forma de batalha e de pensar a guerra foram modificadas por conta das campanhas napoleônicas na Europa. Soldados altamente instruídos e pouco numerosos foram substituídos por soldados baratos e em grande quantidade. A guerra de sítio, tão característica do século XVIII, deu lugar à batalha campal. Era todo o território que subitamente adquiria valor. Aumentando ainda mais a necessidade de conhecer bem a topografia das vastas áreas onde se travavam os combates. Desfazendo a necessidade das construções fortificadas nas áreas de fronteira:

No caso da fronteira sulina, principalmente com o Uruguai, os fatores que desaconselhavam a utilização de fortificações eram a imobilidade que essas acarretavam, diante de uma linha divisória sem grandes acidentes geográficos capazes de impedir o acesso do inimigo, e a mobilidade demonstrada pelos soldados de ambos os lados, exímios cavaleiros e conhecedores do terreno (RHODEN, 2005: 166).

⁵ BNRJ, Anais, 1924. V. XLVI, p. 233-235 (*grifo nosso*).

No século XIX, houve tentativas de se construir fortificações na região fronteira, como nos casos de Jaguarão, em 1845, por ordem do Barão de Caxias e de Uruguai, em 1849, determinado pelo Presidente da Província e engenheiro militar Francisco José de Souza Soares d'Andrea. A fortificação de Santa Tecla foi destruída; São Miguel e Santa Tereza assaltados e dominados pelos conquistadores na fronteira sulina.

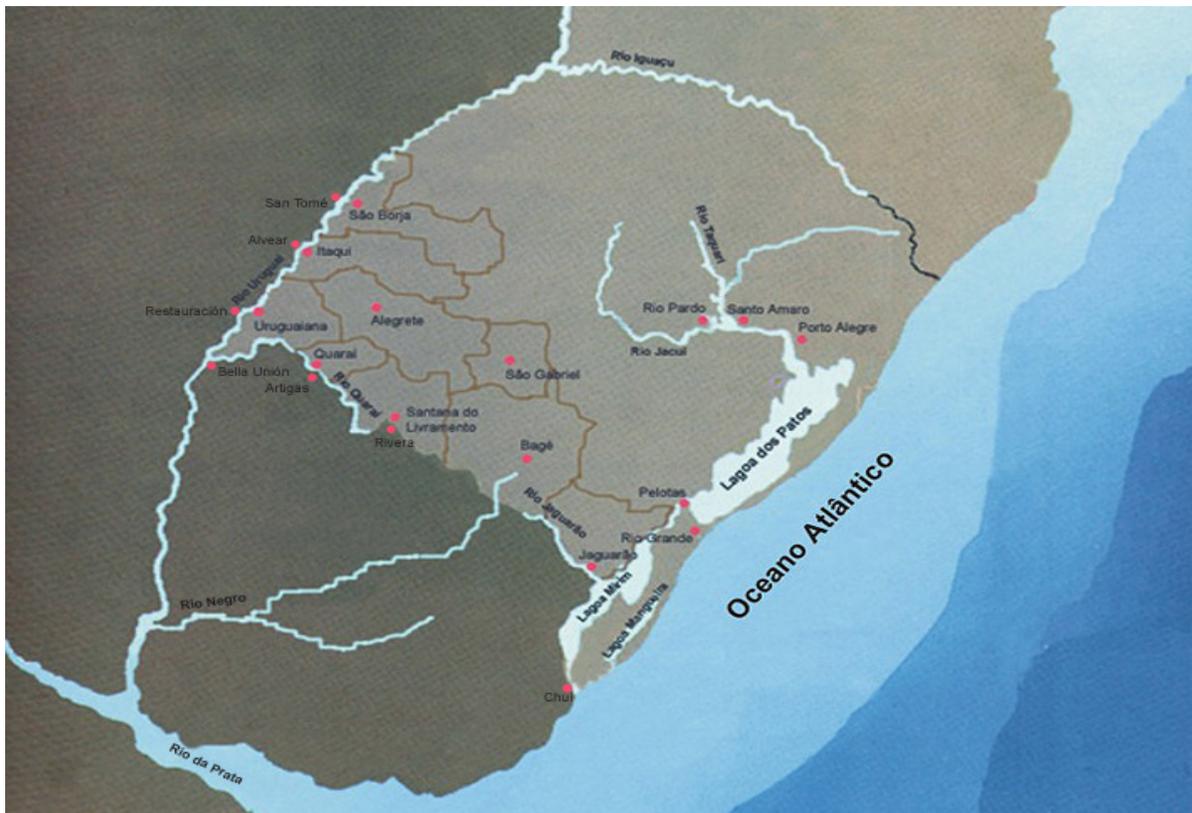
O argumento de que as fronteiras rio-grandenses não cresceram à sombra de uma fortificação, como a tradição portuguesa, e estariam assim vulneráveis aos ataques inimigos. Não perdura aos argumentos de que a presença militar nas fronteiras Rio Grande do Sul (Uruguai e Argentina) sempre foi muito grande, seja pelos acampamentos militares e quartéis que consolidaram as povoações do sul.

A “região platina” definia-se claramente as fronteiras entre as possessões das duas coroas ibéricas, sem que, no entanto, deixasse de haver uma interação entre os habitantes da região:

O espaço fronteiro platino foi uma região de comunicação, entrada e saída de homens e de indissociáveis interesses econômicos. Espaço de circulação e de interação, que propiciou a formação de uma identidade regional, centrada, até meados do século XIX, na propriedade da terra e do gado e nas relações caudilhescas, com importantes reflexos na geo-política da região. Mesmo depois de estabelecida definitivamente a fronteira, para a população local, tudo não passava de uma linha imaginária, pois o território contínuo, sem grandes impedimentos naturais, facilitava a passagem de um para outro lado (RHODEN, 2005: 219-220).

Tanto para o governo português e posteriormente para o brasileiro, a partir de 1822, a região da fronteira foi encarada como área potencial e historicamente de conflitos, fator político de preocupação constante em ocupar e povoar, através da militarização.

Além disso, a guerra pela Cisplatina e as lutas contra Rosa e Oribe contribuíram e muito para o estabelecimento de povoação e fixação de tropas na fronteira do Rio Grande do Sul. Surgiram Bagé, Jaguarão (elevada a vila em 1832), Itaqui, São Borja (elevada a vila em 1834), São Gabriel, Alegrete (elevada a vila em 1831), Santana do Livramento e Uruguai (Mapa 1).



MAPA 1: Mapa do Rio Grande do Sul, séc. XIX, com as cidades da fronteira. Fonte: RHODEN, 2002: 152).

Além disso, na área rural, as sedes das estâncias tinham, muitas vezes, características de fortificações, constituindo-se em espaço dos mais característicos da região, e ajudando a explicar a precariedade do sistema de fortificações do Rio Grande do Sul (CRUZ, 1992: 112-3). Os costumes e a tradição, os hábitos e as lendas, a economia e a literatura gaúcha estão enraizadas na estância, com sua administração independente, em que cada proprietário procurava se cercar de pessoas de confiança que garantissem a posse da terra e do gado, porque uma das obrigações do sesmeiro era a defesa de sua terra, em caso de ataque de forças invasoras.

As sedes das estâncias eram implantadas em pontos estratégicos, como o topo de colinas, a fim de permitir ampla visão sobre a propriedade, como meio de controlar o movimento de eventuais invasores. Muitas dessas construções mantinham uma vinculação formal direta com as construções militares, com o uso de elementos que serviam para imprimir maior solidez e facilitar a defesa da propriedade. A maioria das casas era térrea, e

em algumas apareciam os mirantes, de tradição espanhola, para facilitar a observação (CRUZ, 1992:167).

As estâncias não eram apenas empresas que buscavam a excelência na atividade pecuária. Elas eram parte de um todo maior. Os lucros conseguidos ali, bem como em outras atividades econômicas, serviam sim para reiterar e melhorar essas atividades. Contudo, além disso, ajudavam a sustentar uma política de alianças sociais e a construção de um cabedal militar que, por sua vez, também aportavam recursos à família (FARINATTI, 2007: 32).

A representação do centro de poder estaria associada à esfera dos valores e das crenças e à eficácia de manter e propagar dos símbolos referentes à ordem por ele pregada e, por isto mesmo uma delimitação espacial implicaria na própria limitação de seus espaços de poder. (SHILS, 1992). Os argumentos de Edward Shils que os modos de governo eram atividades que envolvia muito mais do que o mecânico cumprimento da lei, antes disto trazia o peso das estruturas tradicionais das relações entre a coroa e seus vassallos, onde a fidelidade e valores culturais geravam o sentimento de comprometimento e fazia com que estes mesmos homens representassem uma espécie de poder simbólico do centro nas periferias.

Podemos considerar que, no Antigo Regime, a qualidade social teve um papel fundamental nas nomeações para postos militares em Portugal e nas Conquistas. (MELLO, 2002). Se voltarmos os olhos para as Conquistas – periferias do império ultramarino – as qualidades também estavam associadas à nobreza, porém não a uma nobreza derivada do ilustre nascimento, do sangue e hereditária, e sim a um ideal que invoca toda uma concepção de nobreza civil ou política na qual adquirir a condição de nobreza era obtida pela prestação de serviços ao Monarca. Nuno Gonçalo Monteiro demonstra que essa ‘nobreza civil ou política’ seria composta por homens que, embora de nascimento humilde, conquistaram um grau de enobrecimento devido a ações valorosas que obraram ou a cargos honrosos que ocuparam, diferenciando-se da nobreza de sangue, herdada das avós, conhecido como os “Grandes” (HESPANHA, 1998, Vol 4: 298-9). O poder simbólico era o ideal arraigado pelo caráter de guerreiro, atrelado à noção de *conquistador*.⁶

Não pretendemos entrar na discussão dos recursos disponíveis para atestar a autoridade dos chefes militares da região sul do Império do Brasil, o que queremos é chamar a atenção para o fato de que as ‘qualidades naturais’ (força e destemor) são

⁶ Acerca da noção ver: FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (XVI e XVII) Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro, vol 1, 2000, p. 45-122.

fundamentais características, não só no recrutamento ou nomeação dos chefes militares, mas para a composição cultural da região mais belicosa do Brasil desde o século XVI⁷ (MARQUES, 2008: 216).

A abertura e superação da ideia de fronteira, principalmente a meridional, como uma área onde a divisa nacional pudesse isolar as populações que viviam de ambos os lados – como em trabalhos de autores como Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo*⁸, Guilhermino César em *Contrabando no Sul do Brasil* e Alice Canabrava em *Comércio Português no Rio da Prata*⁹ - já mostravam uma vinculação incontestada da fronteira meridional com as regiões hispano-pletinas.

Luís Augusto Ebling Farinatti aponta em sua tese de Doutorado que uma série estudos vem situando o Rio Grande do Sul dentro do “*espaço platino*”, “*região platina*” ou “*espaço fronteiro platino*”. E que toda essa historiografia sobre a fronteira do sul do Império faz parte do processo histórico de extensão colonial portuguesa e consolidação do Império brasileiro em terras meridionais. O Rio Grande do Sul integrou, também, um espaço de características comuns com a província de Buenos Aires, a Banda Oriental (atual Uruguai) e as províncias do “litoral” argentino (Corrientes, Entre Rios e Santa Fé) e que segundo Farinatti:

Apesar da heterogeneidade de abordagens dentre essas obras, elas compartilham a percepção de que havia profundas ligações sociais, econômicas, militares, culturais e políticas entre as sociedades que habitaram esse espaço, forjadas desde os tempos coloniais. Além disso, enfatizam que havia muitas características em comum entre elas, como a presença de áreas de boas pastagens naturais; o papel central, ainda que não exclusivo, desempenhado pela da produção pecuária; a combinação de formas diversas de trabalho “livre”, escravo e familiar; a onipresença do contrabando; a existência de uma instabilidade institucional e de uma verdadeira endemia bélica nos séculos XVIII e XIX (FARINATTI, 2007: 90).

Naturalmente, as relações que permeavam esse espaço não excluía o conflito. Este, em variadas manifestações, foi também um traço estrutural da fronteira:

⁷ A autora faz uma análise do manuscrito inédito depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa sobre as disputas e guerra que envolveram a ocupação de espaços estratégicos na região do Rio da Prata no século XVIII.

⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. “No livro *Formação do Brasil contemporâneo*, escrito em 1942, Caio Prado é um outro escritor, preocupado não mais com as revoluções em seu sentido tradicional nem com a luta de classes no âmbito propriamente político, como fi guravam no ensaio *Evolução*. O que lhe interessa, naquele momento – e esta será, por décadas, sua principal inquietação política –, é discutir a forma de abandonar a situação colonial e consolidar a nacional. É desta preocupação nacionalista básica que deriva a categoria sentido da colonização.” HANNA, Fábio Tadeu Vighy. “CAIO PRADO JR. E OLIVEIRA VIANNA: INTERPRETAÇÕES DO BRASIL E PROJETOS POLÍTICOS PARA A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA” Revista Akrópolis, Umuarama, v.11, no.1, jan./mar., 2003, p.32.

⁹ Sobre a historiografia relativa as fronteiras ver o trabalho: GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992. pp. 145-149.

Enfim, os trabalhos recentes elaboraram uma crítica correta e contundente às concepções de uma historiografia de matriz nacionalista, que havia consagrado a idéia de “fronteira-barreira”. Porém, é também necessário ter cuidado para não cair no extremo oposto. É preciso atentar para o fato de que esse limite nacional, ainda que incerto e discutido ao longo dos Oitocentos, ensejava que se buscasse instituir soberanias distintas de ambos os lados, e que os sujeitos precisavam lidar com essa situação. O limite nacional, por certo, não era uma barreira intransponível e não impedia trocas e circulação de pessoas, mercadorias e idéias. Mas é imperioso reconhecer que esses movimentos que se faziam de um lado a outro eram diferentes dos que se faziam dentro de um mesmo país. Para ficar com um exemplo: para um estancieiro de Alegrete, levar gado para o Estado Oriental implicava em cuidados com aspectos que não existiam quando se tratava de levá-lo para São Gabriel, o município vizinho, ainda que as distâncias pudessem ser as mesmas. Assim, os sujeitos que habitavam aquele espaço precisavam incluir em seus cálculos formas de manejar a fronteira. (FARINATTI, 2007: 82)

Suzana Souza e Fabrício Prado (SOUZA e PRADO, 2004: 130-1) apontam em seus estudos para o caso dos criadores de gado e as terras de boas pastagens ao norte do rio Negro que significaram a possibilidade de expansão para a pecuária extensiva dos estancieiros rio-grandenses, ao longo de todo o século XIX. Segundo um levantamento realizado em 1850, eram, pelo menos, 1.181 os brasileiros que tinham estâncias no Uruguai, sendo que 161 deles tinham suas terras entre os rios Quaraí e Arapeí. No entanto, o cenário político-militar incerto era um ônus a ser suportado por quem desejasse desfrutar daquelas possibilidades. Farinatti cita o recente artigo de Susana Bleil de Souza e Fabrício Prado onde apontaram que cerca de 9% dos declarantes estavam com seus bens embargados, enquanto outros 8% haviam abandonado suas propriedades. Segundo as listas, cerca de 17% dos proprietários brasileiros não estariam ocupando suas estâncias uruguaias nos anos finais da década de 1840. Os números descritos acima correm sério risco de estarem superestimados. Todavia, ainda que os índices fossem menores, eles seriam significativos, uma vez que os proprietários que estavam utilizando suas estâncias sofriam uma série de restrições quanto ao manejo e comercialização de seus rebanhos. (SOUZA e PRADO, 2004: 130-131)

Que na fronteira do Chuy e S. Miguel existem 30 estâncias possuídas por brasileiros, com 342 leguas quadradas, segundo as informações. Destas estâncias 33, com 297 leguas quadradas, 421,000 cabeças de gado vaccum, 16,950 cavallos, e 49 escravos, estão embargadas por ordem do general Oribe. Que na fronteira do Quaraim existem 161 estancias possuídas por brasileiros, com 381 legas quadradas. Destas estâncias 53 com 111 leguas quadradas, e 136,000 cabeças de gado vaccum, estão embargadas pelo general Oribe, e 39, com 84,000 cabeças de gado vaccum, abandonadas por seus donos, fugidosem conseqüência de perseguição. Que ao sul do Arapehy, existem 77 estancias possuídas por brasileiros, com 227 leguas quadradas. Destas estâncias 6, com 44 leguas, e

136,000 cabeças de gado vaccum, abandonadas. Nas fronteiras do Jaguarao e Bagé estão embargadas 9 estancias e abandonadas 8. As informações não contem o numero do gado. (Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1850, página A-A-37).

As décadas de 1840 e 1850, os senhores brasileiros seguiam levando seus escravos para suas propriedades no Uruguai – a escravidão havia sido abolida em 1842 no Estado Oriental e desgastara-se mesmo antes em Entre-Rios e Corrientes - e buscavam disfarçar a escravidão com contratos de trabalho, mas esse procedimento foi ficando cada vez mais difícil, tanto pela repressão das autoridades uruguaias, quanto pela ação dos próprios escravos, que começavam a usar esse fator em seu proveito (ZABIELLA, 2002: 82-98). Ou seja, se para os senhores esse fato fazia com que a fronteira trouxesse um ingrediente a mais nos cuidados que precisavam desenvolver. Para os escravos aquele espaço aparecia como possibilidade de liberdade.

Também o comércio realizado nesse vasto espaço fronteiriço precisava ter em conta a questão dos limites. Ali, a prática do contrabando estava bastante disseminada. Segundo Mariana Thompson Flores, o contrabando exigia um aparato organizacional para que pudesse se reiterar. Ele era praticado por diversos tipos de sujeitos, desde Companhias de Comércio que mantinham linhas regulares de importação de produtos e só pagavam as respectivas taxas quando eram apanhadas, até membros das camadas subalternas, que praticavam o comércio ilícito para vender pequenas quantidades de mercadorias ou apenas para consumo próprio. Em qualquer dos casos, os agentes sabiam que aquela era uma transação ilegal, gerada pela existência de distintos códigos jurídicos engendrados por Estados específicos e que exigia uma estratégia própria para sua realização.

Assim, a existência de um limite nacional, ainda que instável, e de conjunturas político-militares muito variáveis tinham de ser levados em conta nas estratégias dos agentes históricos. E mais: os significados da fronteira para os sujeitos e as formas como buscavam lidar com ela eram condicionados pela posição e pelas relações sociais em que estavam inseridos, em um dado momento (FARINATTI, 2007: 159).

Em 9 de dezembro de 1849, o ministro extraordinário da Confederação Argentina, Sr. D. Thomaz Guido, informa ter recebido avisos do porto de Santos sobre a chegada de seiscentos caixões de arma de fogo: (...) *as quaes por serem consignadas a um individuo de nome Joaquim de Sá Pinto, denominado cônsul do Paraguay, e repartidas em volumes apropriados para serem transportadas as costas de bestas, faz acreditar que são destinadas*

para o serviço do governo daquela republica (Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1849, página 2A, A-39).

O Ministro da Guerra Manuel Felizardo de Souza e Mello acusa o recebimento do aviso do Ministro extraordinário da Confederação Argentina Sr. D. Thomaz Guido e argumenta:

ILL, mo e Ex. mo Sr. – Acusando o recebimento do aviso de V. Ex., datado de 11 do corrente, pedindo esclarecimento sobre uma porção de armamento chegado a Santos, o qual suppoe o ministro argentino nesta corte, como consta a sua nota junta ao dito aviso, que é destinado ao Paraguay. Cumpre-se declarar a V. Ex que pela repartição da guerra se remetteu em 5 de Novembro ultimo pelo ditto porto de santos grande numero de volumes de artigos bélicos para o supprimento do arsenal de guerra de Matto-Grosso, e que não tenho noticia algum outro armamento mandado para o porto em questão. Deus Guarde a V. Ex. Paço em 14 de Dezembro de 1849 (Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1849, página 2A, A-39).

Analisando a situação na região de fronteira a partir das três principais perspectivas do conceito de *Fronteira da Batalha: do real*, que estabelece o limite espacial de soberania e capacidade militar: mobilização, força tática, bélica e estratégica; *da simbólica*, onde é pertinente a integração cultural e o envolvimento das comunidades na busca da sua identidade dentro do próprio território; e *imaginária*, na relação com o amigo ou inimigo, e a sua própria história e, portanto a relação consigo mesma.

Veremos que o desenho das fronteiras do sul do Império na visão do futuro Duque de Caxias, em 1845, apresentava as peculiaridades e particularidades da guerra:

(...) o barão tenha insistido na idéia, bastante clara para ele, de que o império precisaria dos líderes farroupilhas para enfrentar os conflitos no Prata. Ele estava lá, nessas terras de fronteira, vinha sentindo cotidianamente as dificuldades de se fazer a guerra naquela região. Toda experiência em guerras civis, de três campanhas internas, valia pouco ali (SOUZA, 2008: 509).

Assim, no caso das fronteiras do sul do Império, as fortificações, os quartéis, os acampamentos militares e principalmente as instâncias são fundamentais no povoamento da região, nas relações comerciais e na composição da identidade cultural do soldado-estancieiro (LEITMAN, 1979: 79).

Documentos

Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1850, página A-A-37. Disponível no endereço <http://www.crl.edu/brazil/>.

Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1849, página 2A, A-39. Disponível no endereço <http://www.crl.edu/brazil/>.

Referencias Bibliográficas

BARTH, Frederik. A análise da cultura nas sociedades complexas. IN: *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 109.

BEBIANO, Rui. *A Pena de Marte*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.

BLACK, Jeremy. Keynote Address, 2008 SMH Conference, Ogden, Utah Frontiers and Military History. *The Journal of Military History*: nº 72 (October 2008): pp. 1047-1060.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, A Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

_____. O Império do Brasil: dimensão de um enigma. *Almanack brasiliense*, nº 1, maio. 2005. pp. 27- 43.

CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas espaço construído no início da república. In: *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2007, Tese de Doutorado.

FLORES, Marina Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e Contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRS, 2007, p. 40.

HANNA, Fábio Tadeu Vighy. Caio Prado Jr e Oliveira Vianna: interpretações do Brasil e projetos políticos para a modernização brasileira. *Revista Akropolis*, Umuarama, v.11, no.1, jan./mar., pp. 26-34, 2003.

IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da Discórdia*. Rio de Janeiro. E-Paper Serviços Editoriais Ltda. 2002.

_____. O Processo de Formação dos Estados no Rio da Prata: Comércio, Navegação e Guerra, 1810-1864. *Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática*. Brasília: Ano IV, Número Especial, p. 87-105, 2005.

JANOTTI, Maria de L. M. A Balaiada. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

KEEGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

LEITMAN, Spencer. Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha Arte de Governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, século XVIII e XIX. IN: *Conquistadores e Negociantes: História de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. America Lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O tempo Saquarema. São Paulo. Editora Hucitec, 2004.

MELLO, Christiane F. Pagano de. Os Corpos Auxiliares e de Ordenanças na Segunda metade do século XVIII – As capitanias do rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América. Niterói: UFF, 2002, Tese de Doutorado.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia. In: *História de Portugal: o Antigo Regime*. Vol. 4. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p.298-299.

PARENTE, Paulo André Leira. Uma Nova História Militar? Abordagem e campos de investigação. In: *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGMB, ano 66, n.º 93, 2006, pp. 37 - 45.

RHODEN, Luiz Fernando. Urbanismo e arquitetura na região fronteiriça do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. Tese de Doutorado, Salvador: UFBA, 2005.

_____. A Fronteira Sulina do Brasil na Primeira Metade do Século XIX e seus Traçados Urbanos. Texto inédito, 2005.

ROSENTHAL, Paul-André. Construindo o “macro” pelo “micro”: Frederick Barth e a “microhistória”. In: *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SERRANO, Julio Pérez. Perspectiva para uma historia regional em tiempos de globalización. In: *Revista Escuela de Historia*. Facultad de Humanidades – Universidade Nacional de Salta. Salta (Argentina), v. 1 n° 4, 2005.

SHILS, Edward. Centro e Periferia. Trad. José Hartuig de Freitas. Lisboa: Difel, 1992.

SOUZA, Adriana Barreto de. Duque de Caxias: O homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NAS FRONTEIRAS DO IMPÉRIO E UM CONCEITO DE GUERRA NO SÉCULO XIX: “nessas terras de fronteiras, vinha sentindo cotidianamente as dificuldades de se fazer a guerra” – por Carlos Eduardo de Medeiros Gama

SOUZA, Susana Bleil de. PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. A história militar e a historiografia contemporânea. In: *Revista A Nação e a Defesa*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, ano XVI, n° 59, pp. 53 - 71, 1991.

Recebido em: 13/11/2012

Aprovado em: 15/05/2012